

---

## **Imprensa Lésbica no Brasil: memórias lesbianas e contribuições ao jornalismo<sup>1</sup>**

Paula SILVEIRA-BARBOSA<sup>2</sup>  
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR

### **RESUMO**

Este artigo visa refletir sobre a trajetória dos periódicos lésbicos brasileiros que circularam entre 1981 e 1995, considerando sua contribuição ao registro histórico sobre as lésbicas e as boas práticas de comunicação, que podem, inclusive, ser incorporadas ao jornalismo profissional. Para isso, discuto brevemente sobre a falência do jornalismo como mediador da cidadania e apresento a formação da Imprensa Lésbica brasileira e suas particularidades como alternativa. A perspectiva teórica-metodológica aqui adotada considera aspectos da comunicação comunitária, além da pesquisa documental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa Lésbica; jornalismo e cidadania; comunicação e cidadania; comunicação comunitária; pesquisa documental.

### **INTRODUÇÃO**

Pelo menos desde 1981, lésbicas brasileiras têm se organizado em torno de publicações próprias, feitas de lésbicas para lésbicas. O surgimento desses meios de comunicação está relacionado, entre outros fatores, à falta de visibilidade positiva na imprensa tradicional, à dificuldade de estabelecimento de vínculos com suas semelhantes, além de uma crescente politização dessas mulheres que, ao constituírem seus próprios grupos de ativismo, passaram também a editar periódicos específicos sobre a temática lésbica. Tal fato se mantém até a atualidade, pois já existem pesquisas (MAIA, 2017; SILVEIRA-BARBOSA, 2019) que registram mais de duas dezenas de publicações desse tipo – algumas ainda em circulação.

Embora a trajetória desses veículos não seja muito estudada, especialmente no campo da Comunicação, as pesquisas desenvolvidas até o momento já permitem identificar as contribuições desses periódicos em diferentes âmbitos. Se, por um lado, há o registro histórico do passado das lésbicas, por outro tais publicações também nos dão pistas para pensar a própria comunicação e o jornalismo, numa perspectiva cidadã.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Em dezembro de 2019, defendeu dissertação sobre a Imprensa Lésbica brasileira, sob orientação da profa. Dra. Paula Melani Rocha. E-mail: [paulaesb@yahoo.com](mailto:paulaesb@yahoo.com).

---

Por isso, busco não apenas apresentar histórias sobre as quais pouco se discutiu, mas também identificar nelas contribuições úteis ao fazer jornalístico. Afinal, entendo que uma versão complementar à história da imprensa, por si só, não traz tensionamentos epistemológicos significativos. Há que se pensar como avançar a partir desse resgate histórico, mais do que simplesmente fazê-lo. Esse foi o propósito no qual me coloquei em minha dissertação de mestrado, cujos principais resultados apresento aqui.

Ressalto que essa proposta tem lastro em estudos como o de Cicilia Peruzzo (1998), que, a partir da observação de experiência de rádios comunitárias da América Latina, propôs um modelo de participação popular nos meios de comunicação. Ainda nesse aspecto, convém lembrar a ocasião em que foi alterado o Código de Ética do Jornalista Brasileiro, em 1987. Na época, o grupo de ativismo homossexual Triângulo Rosa liderou as negociações para incluir o veto à discriminação por orientação sexual entre os deveres dos jornalistas (CÂMARA, 2002).

Assim, é na ruptura de nossos muros disciplinares e na aposta em saberes não normativos que se pauta este estudo. Dessa forma, o artigo foi dividido em três partes. Primeiro, discuto a expressão da heteronormatividade no jornalismo como falência de sua função de mediador da cidadania. Em seguida, apresento o conceito de Imprensa Lésbica e suas principais características. E, por fim, sumarizo as contribuições sociais mais relevantes identificadas nesses meios de comunicação.

## **HETERONORMATIVIDADE E JORNALISMO**

Há algumas décadas, estudiosos de diversas correntes teóricas vêm identificando narrativas que afastam o jornalismo do seu propósito essencial – qual seja, o de mediar as relações entre os diferentes setores sociais, colaborando para a tomada de decisões e contribuindo para o exercício da cidadania (PARK, 1923; LIPPMANN, 2008). Os deslocamentos observados na imprensa estão relacionados com a produção e reprodução de discriminações e preconceitos variados – tais como racismo, sexismo, sorofobia etc.

Entretanto, apenas mais recentemente é que a crítica aos meios de comunicação passou a reconhecer a existência de um esquema normativo que congrega uma série de padrões hegemônicos e que já vem sendo denunciado pelo menos desde os idos da década de 1970: a heterossexualidade (ALMEIDA, 2018).

---

Referências fundamentais para pensar o tema, Monique Wittig (1992) e Adrienne Rich (2010)<sup>3</sup> foram pioneiras na crítica à heterossexualidade. Para essas autoras lésbicas, mais do que uma forma de expressão da sexualidade humana, a heterossexualidade consiste num sistema político que oprime a todas as pessoas, independentemente de como elas classifiquem seus relacionamentos. Além disso, Wittig e Rich apontam um grau particular de perversidade desse sistema sobre as mulheres. Afinal, é por presumir a heterossexualidade de todas elas que se colocam a obrigatoriedade do casamento, a maternidade compulsória, a exploração sexual de seus corpos, entre outras questões.

A percepção dessas autoras colocou um novo desafio aos feminismos de então, que entendiam a “diferença sexual” como causa maior das opressões às mulheres. Afinal, a articulação de Wittig (1992) e Rich (2010) desvela a heterossexualidade, expondo suas imbricações políticas, econômicas e culturais, além de apontar a necessidade de um redirecionamento das lutas feministas.

Certamente, a radicalidade das críticas feitas por essas autoras dificultou a assimilação de suas propostas – tanto no âmbito dos Estudos Feministas como em outras disciplinas. Dessa forma, entendo que, como consequência, houve um atraso na chegada dessa perspectiva na pesquisa em Comunicação e, mais especificamente, em Jornalismo. Tanto é que só em 2010, no contexto brasileiro, a partir do premiado trabalho de Marcia Veiga, que pudemos ver a heteronormatividade (COHEN, 1997) reconhecida como um valor que estrutura a produção da notícia.

Por meio de incursões etnográficas, Veiga (2010) constatou que as desigualdades de gênero observadas na sociedade, de maneira geral, se repetiam na dinâmica interna da redação e na hierarquia profissional da emissora de TV escolhida para seu estudo. E, evidentemente, essas assimetrias apareciam também na produção da notícia, desde sua concepção até a apresentação do produto final.

Para a pesquisadora, a identificação de valores subjetivos na produção da notícia não implica a defesa da neutralidade do jornalismo. Ao contrário, Veiga (2010) sugere que o reconhecimento de que toda produção jornalística é uma construção da realidade poderia ensejar uma ação mais reflexiva e responsável dos profissionais de imprensa.

---

<sup>3</sup> Refiro-me ao artigo *La Pensée Straight/The Straight Mind (O Pensamento Straight)*, cuja primeira versão foi apresentada por Wittig ainda em 1978. Já no caso de Rich, trata-se de *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence (Heterossexualidade Compulsória e Existência Lésbica)*, que, embora publicado em 1980, foi iniciado pela autora três anos antes.

---

Anos mais tarde, a pesquisadora aprofunda essa proposta, em artigo assinado em conjunto com Fabiana Moraes (2019). No texto, as autoras afirmam ser necessário repensar a epistemologia do jornalismo – construída a partir da racionalidade moderna. Esta pressupõe uma perspectiva positivista e binária, além de uma tendência simplificadora que oculta diversas nuances da realidade social, tais como as questões de gênero, raça e classe.

Por endossar a propositura das autoras, coloquei-me o desafio de buscar em saberes não normativos e em práticas de comunicação comunitária algo que permitisse repensar o jornalismo<sup>4</sup>. Entendo que o que chamo de Imprensa Lésbica está inserido na noção de comunicação comunitária, nos termos colocados por Peruzzo (2009). Segundo ela, esses meios se definem pelos seguintes fatores: “exigências de vínculos identitários, não possuir finalidades lucrativas e estabelecer relações horizontais entre emissores e receptores com vistas ao empoderamento social progressivo da mídia e ampliação da cidadania” (PERUZZO, 2009, p. 58).

Aqui, cabe destacar a heterogeneidade das identidades e dos grupos de lésbicas no Brasil – que impede uma definição rígida das características desse segmento. Ainda assim, o conceito proposto por Peruzzo é relevante para pensar os periódicos lésbicos, pois, como sublinha a própria autora,

Mesmo não sendo possível identificá-los [os movimentos populares] como comunidades específicas, estes atores buscam a transformação das condições de opressão e sofrimento de segmentos da população brasileira com vistas à efetivação de um mundo em que todos possam ter dignidade e seus direitos de cidadania respeitados (PERUZZO, 2009, p. 58).

Não à toa, escolhi iniciativas criadas por lésbicas que sempre priorizaram ideais como esses. Dessa forma, proponho que esse lugar – a lesbianidade, ora vista como cadinho de subalternidade – seja elevado a um espaço de produção de conhecimento.

## **IMPRENSA LÉSBICA – DELINEANDO UM CONCEITO**

A partir de um levantamento bibliográfico e da pesquisa documental, apresento nesta seção o que chamo de Imprensa Lésbica<sup>5</sup>. Para isso, revisei estudos de referência

---

<sup>4</sup> Cláudia Lahni (2016) tem discutido os impactos do ensino de Comunicação Comunitária na formação de jornalistas. Em seus estudos, a autora identifica a ausência parcial dessas discussões nos currículos de Jornalismo no Brasil – o que classifica como um entrave para a formação cidadã desses profissionais. Tal constatação fortalece as premissas nas quais se baseiam o presente estudo.

<sup>5</sup> No âmbito das pesquisas de pós-graduação no Brasil, a expressão foi cunhada pela primeira vez por Maia (2017), em sua premiada dissertação. Aqui, busco ampliar os significados desse termo.

---

sobre a comunicação de movimentos populares inseridos no contexto em que surgiu essa imprensa e examinei periódicos lésbicos. Nessa etapa, considerei não só aspectos morfológicos – circulação, distribuição, local e tecnologias de produção – mas também o conteúdo – principais temáticas de interesse, editoriais e abordagens<sup>6</sup>.

Como apontei na introdução, a Imprensa Lésbica existe pelo menos desde 1981, quando surgem dois títulos: o carioca *Iamuricumá* e o paulistano *ChanaComChana*. Naquele momento, aquilo que se entendia por Imprensa Alternativa pós-64 já entrava em declínio (FESTA, 1986; KUCINSKI, 1991). No caso dos alternativos vinculados a pautas como o feminismo e a homossexualidade, iniciava uma tendência de institucionalização, que acompanhava a “onguização” dos grupos (CARDOSO, 2004; FERREIRA, 2017).

As lésbicas, por sua vez, chegaram à seara dos meios de comunicação autogestados “atrasadas” – como elas mesmas afirmaram em edição comemorativa do *Lampião da Esquina*<sup>7</sup>, quando, pela primeira vez, um grupo de lésbicas se organizou para escrever uma reportagem sobre suas vivências (LAMPIÃO DA ESQUINA, n. 12, 1979).

Dessa forma, é para evitar anacronismos, além de distorções conceituais, que aponto a emergência da Imprensa Lésbica como fenômeno particular. E acompanhando o ensejo de compor uma crítica às formas hegemônicas de produzir conhecimento, cunho essa expressão em caixa alta, para sublinhar seu potencial criativo, diante da escassez bibliográfica sobre o tema.

Já no que se refere às características gerais, essas publicações eram, normalmente, editadas por grupos heterogêneos em termos de formação acadêmica, e tinham como forma de manutenção assinaturas, pequenos anúncios, além das contribuições das próprias produtoras. Inicialmente, boa parte dessas publicações eram datilografadas e posteriormente xerocopiadas para distribuição via grupos de ativismo e nos locais de frequência lésbica. Apenas na década de 1990, a produção dos periódicos torna-se mais bem acabada, com processos digitais, viabilizados por convênios e parcerias com órgãos estatais ou organismos internacionais. Ainda assim, não foram todos os periódicos do segmento que alcançaram esse nível de aprimoramento técnico.

---

<sup>6</sup> Os periódicos lésbicos citados aqui foram obtidos a partir de colaborações de ativistas e pesquisadoras e de consultas a arquivos. São elas: Marisa Fernandes, Patrícia Lessa e Rita Colaço, além dos acervos do Centro de Informação da Mulher, Biblioteca Nacional, Arquivo Edgard Leuenroth e Acervo Bajubá.

<sup>7</sup> Trata-se do primeiro periódico gay de alcance nacional de que se tem notícia no Brasil. Foi editado entre 1978 e 1981 no Rio de Janeiro. A equipe editorial contava com nomes como Aguinaldo Silva, Darcy Pentead, João Silvério Trevisan e Peter Fry (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

---

Na primeira fase da Imprensa Lésbica, que delimito entre 1981 e 1987, nota-se a prevalência de temas políticos – muito alimentados pela interlocução prática e teórica com os feminismos e com a cena política nacional de maneira mais ampla. Num segundo momento, que se estende até 1995, as questões culturais e de saúde ganham maior relevância e os periódicos ampliam a diversidade temática.

Essa divisão temporal para abordar a trajetória dos primeiros periódicos lésbicos foi feita com base em dois critérios: o contexto político nacional e as particularidades do ativismo homossexual – posteriormente LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros). O marco central é a Assembleia Nacional Constituinte. Embora os grupos e as publicações lésbicas tenham surgido a partir da necessidade de trabalhar as especificidades desse segmento, o contexto da redemocratização mobilizava toda a sociedade civil. Assim, os periódicos lésbicos, como produto de seu tempo, refletiram parte desse processo e também se colocaram nos debates políticos dessa época.

Já a partir de 1988, há um arrefecimento do debate político e uma reorganização dos grupos e publicações lésbicas, que começam a investir em outras formas de atuação, com base na experiência acumulada nos primeiros anos de ativismo. Nesse sentido, há uma valorização maior das alianças com grupos específicos de lésbicas. Além disso, 1995 foi colocado como ano final do que chamo de segunda fase da Imprensa Lésbica porque houve uma mudança na forma de articulação dos ativismos. Se antes tinha-se organizações pontuais, a partir dessa data, com a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT)<sup>8</sup>, inicia-se a busca por redes nacionais de atuação política e se consolida o processo de institucionalização dos movimentos sociais ligados à causa LGBT (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Diante da limitação de espaço deste artigo, não seria viável detalhar a trajetória das onze publicações que circularam nesse período e a que tive acesso. Então, sumário informações básicas sobre os periódicos que embasaram as reflexões deste estudo.

- *Iamuricumá* – publicado pelo grupo As Iamuricumás em 1981. Teve pelo menos três edições;
- *ChanaComChana* (jornal) – edição única publicada pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) em 1981;

---

<sup>8</sup> O histórico da ABGLT está disponível em: <<https://www.abglit.org/copia-quem-somos>>. Acesso em: 11 set. 2020.

- 
- *ChanaComChana* (boletim) – 12 edições publicadas pelo GALF entre 1982 e 1987;
  - *Amazonas* – editado pelo Grupo Libertário Homossexual da Bahia (GLH) entre 1983 e 1985. Número de edições desconhecido;
  - *Xerereca* – editado por estudantes de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Teve pelo menos uma edição, publicada em 1987;
  - *Um Outro Olhar* (boletim) – editado pelo GALF e, posteriormente, pela Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar. Teve 20 edições, publicadas entre 1987 e 1994;
  - *Deusa Terra* – editado por grupo homônimo entre 1991 e 1994. Teve cinco edições;
  - *Lesbertária* – edição única, publicada em 1993, por Ann Puntch e Míriam Bottassi;
  - *Femme* – editada pelo Afins – Grupo de Conscientização e Emancipação Lésbica de Santos. Teve ao menos nove edições, publicadas entre 1993 e 1996;
  - *Folhetim* – editado pelo Movimento D’ellas entre 1993 e 2008. Número de edições desconhecido;
  - *GEM* – editado pelo Grupo Estação Mulher entre 1994 e 1995. Teve pelo menos duas edições.

## MEMÓRIA LESBIANA E CONTRIBUIÇÕES AO JORNALISMO

A invisibilidade midiática das lésbicas e a reprodução de estereótipos sobre elas são fatores que ajudam a compreender o surgimento desses meios de comunicação. É importante acrescentar ainda a perspectiva de busca pela politização da condição lésbica como objetivo desse processo. Diante disso, desvela-se quase imediatamente a tentativa de constituir uma visibilidade positiva sobre as lesbianidades, um lugar de memória.

Contudo, como adverte Marialva Barbosa (2016), é importante não se deixar levar pelo lugar-comum genérico de que todo meio de comunicação é um lugar de memória. Embora essa categoria seja relevante para pensar os processos de constituição de memória coletiva, especialmente de grupos subalternizados, há que se considerar que os meios de comunicação buscam efetivamente um lugar na história<sup>9</sup>. Afinal, “o formato narrativo

---

<sup>9</sup> Para compreender a distinção entre memória e história, ver Joutard (2007).

---

tem a pretensão de fixar o tempo, retirando do presente fatias às quais atribuem uma supra significação” (BARBOSA, 2016, p. 21).

Nesse sentido, mais do que compor um registro autônomo das experiências de ativismo e existência lésbica no Brasil, a *Imprensa Lésbica*, só por existir, denuncia o jornalismo como cúmplice de uma ordem que aparta tudo e todos que são considerados desviantes. Dessa forma, o silêncio sobre determinados segmentos sociais colabora para fixar na história que o seu lugar é o de esquecimento.

Adentrando mais especificamente a trajetória das publicações, é importante destacar que, ao se colocarem no espaço público, as lésbicas brasileiras adotaram uma tônica radical, que valorizava a autoafirmação. Tal questão fica evidente nos títulos de periódicos como o *ChanaComChana* ou o *Xerereca*.

A radicalidade explícita nos nomes das publicações também se expressa na perspectiva que as editoras tinham sobre as demandas lésbicas. Tendo o feminismo como guia, essas ativistas puderam ultrapassar a superficialidade dos debates sobre lesbianidade. Para além da busca por uma tolerância às múltiplas formas de relacionamento, esses periódicos fomentavam reflexões sobre a origem do preconceito e da discriminação contra lésbicas. Para elas, não se tratava meramente de uma questão particular a determinados grupos, mas sim de uma estrutura social que condicionava as mulheres ao domínio masculino. De modo que aquelas que ousavam se insurgir contra essa ordem ficavam suscetíveis a violências diversas.

Para fazer frente a essas perseguições, a *Imprensa Lésbica* também tomou para si aquilo que em jornalismo chamamos de “prestação de serviço público”. Nesse caso, refiro-me às iniciativas de sumarização dos serviços de atendimento e apoio a mulheres vítimas de violência. Essa preocupação inicia ainda naquilo que nomeio como a primeira fase da *Imprensa Lésbica*, quando batidas e operações policiais nos guetos lésbicos eram frequentes. “Quem é sapatão pro camburão”, ouvia-se à época (CHANACOMCHANA, n. 2, 1983, p. 2). Essa e outras histórias similares chegaram a ser conteúdo da editoria chamada “Heterror” – criada pelo *ChanaComChana* e depois replicada em outros periódicos como a revista *Femme* e o boletim *Deusa Terra*.

Outro aspecto que merece destaque é o estímulo à participação política. Seja por meio de discussões sobre a Assembleia Nacional Constituinte ou de debates sobre propostas de mudanças de lei, a política sempre esteve presente nas publicações lésbicas. Próximo ao período eleitoral, era comum que candidatas lésbicas e feministas fossem

---

entrevistadas ou tivessem suas propostas discutidas nos periódicos. Como exemplo, pode-se destacar as edições do *ChanaComChana* a partir de 1985, que traziam balanços sobre as constituições brasileiras, além dos debates sobre a revisão da Constituinte e a possibilidade de ampliação de garantias legais para homossexuais, discutidos no boletim *Um Outro Olhar* e na revista *Femme*.

Nesse aspecto, é importante destacar a pluralidade de perspectivas abordadas – questão que se fazia presente não apenas no cenário mais geral da política, mas também no âmbito das discussões específicas sobre demandas do então chamado Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). O fato de as publicações lésbicas estarem ligadas a grupos de ativismo não as reduziu ao caráter panfletário. Questões como a pertinência de uma identidade homossexual e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, por exemplo, foram debatidas a partir de diversas perspectivas – muitas delas até opostas, mas que eram apresentadas lado a lado, como uma arena de discussão. Esse aspecto mostra a multiplicidade de pensamento não apenas dentro das organizações, mas entre as próprias articuladoras das publicações lésbicas.

Sobretudo a partir da década de 1990, quando a Imprensa Lésbica já se encontra em sua segunda fase, o tema da saúde sexual passa a ser mais aventado. Esse processo é resultado da resposta que o ativismo homossexual construiu para o enfrentamento da aids. Diante da inércia estatal, os movimentos da sociedade civil tiveram de assumir o protagonismo dessa causa (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Dessa forma, os veículos de comunicação lésbicos passaram a publicar frequentemente sobre o tema.

Ainda que nem sempre dentro do que poderíamos chamar de uma “editoria”, a questão do HIV/aids estava em pauta em todos os periódicos analisados para esta pesquisa. Além de artigos, entrevistas e relatos sobre o assunto, era comum que os periódicos contassem com uma lista de organizações da sociedade civil que defendiam a “causa homossexual” e uma subdivisão específica de grupos de enfrentamento à aids.

Nesse período, também se ampliou o espaço reservado à cultura nas publicações lésbicas. Para além de esse ser um sintoma de um mercado mais aberto às questões lésbicas, entendo essa questão como resultado de uma busca por visibilidade positiva por parte das próprias articuladoras dos periódicos. Sem desconsiderar as questões políticas, o tom das publicações soava mais ameno e bem-humorado do que no período anterior. Trata-se de uma abordagem que buscava ampliar o alcance das publicações lésbicas e diversificar as formas de ativismo, para além dos moldes tradicionais.

---

Além disso, a década de 1990 foi marcada pela busca crescente por integração entre as lésbicas, não só no Brasil, como no exterior. Dessa forma, a abordagem de temas culturais parece ter sido usada como estratégia de aproximação e fortalecimento do segmento lésbico. Outra possibilidade de leitura dessa mudança de ares é a preocupação das ativistas com as representações midiáticas. Nesse período, praticamente todas as publicações lésbicas contavam com seções de análise de mídia, onde se discutiam discursos, imagens e condutas de empresas e profissionais da comunicação.

Nesses espaços, abordava-se tanto representações positivas como negativas e as organizadoras das publicações incentivavam que suas leitoras se dirigissem aos veículos em questão para elogiar ou repudiar suas ações. As críticas tecidas ali consideravam produtos diversos como livros, novelas, reportagens, artigos de opinião, filmes e seriados. De maneira informal, pode-se dizer que se constituiu, em cada uma dessas publicações, uma espécie de observatório da mídia sob uma perspectiva lésbica.

Destaco, ainda, a dinâmica de funcionamento dessas publicações, que tinha caráter colaborativo. Apesar das disputas e divergências entre grupos e ativistas, essas publicações mantinham certa unidade no sentido de valorizar as iniciativas lésbicas. Desse modo, divulgava-se a cada edição os nomes, endereços e formas de contato com outros grupos lésbicos e suas publicações – tanto os do Brasil como do exterior. Parte das publicações, inclusive, colocava seu acervo à disposição para ser copiado e distribuído entre as leitoras. Essa conduta destoava daquilo que se observa na cena da imprensa tradicional, onde a superconcorrência impera. Nesse sentido, a alternativa colocada pela Imprensa Lésbica enseja a reflexão sobre os ganhos dessa competitividade exagerada, quando uma postura mais colaborativa poderia proporcionar melhores resultados para o público – o que deveria ser a prioridade de toda publicação, se considerarmos a perspectiva da comunicação para a cidadania.

Por fim, aponto as fragilidades mais significativas da Imprensa Lésbica. Entendo que há uma dimensão pedagógica nessas questões, que ao serem discutidas podem contribuir tanto para esses meios de comunicação em particular, como também para o jornalismo de maneira geral. Nesse aspecto, destaco a questão da linguagem, que por vezes era específica do meio acadêmico – no caso dos debates feministas – ou da medicina – nas matérias sobre saúde sexual. Durante o mestrado, quando realizei entrevistas de história oral, parte de minhas interlocutoras apontaram, inclusive, que esse foi um fator

---

de desarticulação dos periódicos. Afinal, essa limitação desestimulava algumas leitoras, afastando-as das publicações, e, conseqüentemente, reduzia suas formas de custeio.

Especialmente na primeira fase, quando as questões feministas eram mais aventadas nos periódicos, as ativistas lésbicas ficaram, frequentemente, numa espécie de “gueto dentro do gueto”. Outro problema que decorre de certos tecnicismos de escrita é a limitação de acesso a informações sobre saúde, já que muitas vezes esses eram os únicos periódicos a não tratar de maneira pejorativa ou desimportante a sexualidade lésbica. Porém, num cenário de pânico causado pelo advento da aids, e da discriminação geral, mesmo periódicos lésbicos poderiam não oferecer o acolhimento a que se propunham, caso a linguagem para tratar do tema não fosse adequada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revisitar o histórico da Imprensa Lésbica brasileira nos permite colocar alguns tensionamentos ao jornalismo. A partir de uma estrutura de comunicação simplificada e com recursos escassos, observa-se a tentativa de subverter o que por muito tempo se manteve oculto na produção da notícia: a heteronormatividade. Foi exatamente para estabelecer uma comunicação que promovesse a integração e mediasse o exercício da cidadania que as lésbicas se organizaram autonomamente em torno de seus próprios periódicos. Assim, não deixa de ser notável que um segmento tão heterogêneo e não necessariamente ligado ao jornalismo profissional apresente lições tão concretas a ele.

Entre as contribuições listadas aqui, destaco a preocupação das organizadoras de publicações lésbicas com a formação política de seu público. Mais do que mantenedoras dos periódicos, entendo que as leitoras foram tomadas como indivíduos políticos com potencial de agência sobre a própria realidade, para além das questões mais gerais do cotidiano que dependem de instâncias superiores de poder. Essa conduta permitiu a ampliação da conscientização sobre as próprias violências às quais as lésbicas são submetidas e colaborou para a ruptura de uma visão estanque sobre a lesbianidade.

Mas, talvez, algo mais importante seja identificar a robustez dessa imprensa em termos de conteúdo, abordagem e dinâmica de funcionamento. Toda essa produção e energia dos segmentos lésbicos, por vezes, terminam ocultas ou distorcidas na imprensa tradicional – fato que implica também uma distorção histórica. Afinal, se a imprensa visa à universalidade, suas narrativas (e seus silêncios) podem, certamente, obter *status* hegemônico na história. Ainda assim, as lésbicas promovem fissuras para conquistar

---

espaço. E, na ausência dele, fazem das margens vista privilegiada para um outro mundo. Cabe a nós, pesquisadores, emprestar as lentes delas para enxergar outras perspectivas.

## REFERÊNCIAS

### Periódicos lésbicos

CHANACOMCHANA (jornal). São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 0 – Janeiro/1981 – edição única.

CHANACOMCHANA (boletim). São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 1 – Março/1981.

CHANACOMCHANA (boletim). São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 2 – Março/1983.

CHANACOMCHANA (boletim). São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 5 – Maio/1984.

CHANACOMCHANA (boletim). São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 6 – Novembro/1984.

CHANACOMCHANA (boletim). São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 7 – Abril/1985.

CHANACOMCHANA (boletim). São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 8 – Agosto/1985.

CHANACOMCHANA (boletim). São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 9 – Dezembro-Fevereiro/1985-1986.

CHANACOMCHANA (boletim). São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 10 – Junho-Setembro/1986.

CHANACOMCHANA (boletim). São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 11 – Outubro-Janeiro/1986-1987.

CHANACOMCHANA (boletim). São Paulo: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, n. 12 – Fevereiro-Maio/1987.

DEUSA TERRA. São Paulo: Deusa Terra, n. 4 – Outono de 1993.

DEUSA TERRA. São Paulo: Deusa Terra, n. 5 – Primavera/Verão de 1993/1994.

FEMME. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica, n. 1, Setembro/1993.

FEMME. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica, n. 2, Dezembro/1993.

FEMME. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica, n. 3, Março/1994.

- 
- FEMME. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica, n. 4, Junho/1994.
- FEMME. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica, n. 5, Setembro/1994.
- FEMME. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica, n. 6, Fevereiro-Abril/1995.
- FEMME. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica, n. 7, 1995.
- FEMME. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica, n. 8, 1995.
- FEMME. Santos: Grupo Afins de Conscientização e Emancipação Lésbica, n. 9, 1996.
- GEM. São Paulo: Grupo Estação Mulher, n. 2, Abril/1995.
- IAMURICUMÁ. Rio de Janeiro: Iamuricumá, n. 1, Janeiro/1981.
- IAMURICUMÁ. Rio de Janeiro: Iamuricumá, n. 2, Fevereiro/1981.
- IAMURICUMÁ. Rio de Janeiro: Iamuricumá, n. 3, Maio/1981.
- LESBERTÁRIA. São Paulo, n. 1, Maio/1993.
- UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n.1, Setembro-Dezembro/1987.
- UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 2, Fevereiro-Março/1988.
- UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 3, Abril-Maio/1988.
- UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 4, Junho-Julho 1988.
- UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 5, Agosto- Outubro/1988.
- UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 6, Fevereiro-Março/1989.
- UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 7, Junho-Julho/1989.
- UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 8, Agosto-Outubro/1989.
- UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 9, Novembro-Dezembro-Janeiro/1989-1990.
- UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 10, Fevereiro-Abril/1990.

---

UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 11, Inverno/1990.

UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 12, Primavera/1990.

UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 13, Outono/1991.

UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 14, Inverno/1991.

UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 15, Primavera/1991.

UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 16, Outono/1992.

UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 17, Inverno/1992.

UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 18, Verão/1992-1993.

UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 19/20, Outono-Inverno/1993.

UM OUTRO OLHAR (boletim). São Paulo: Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar, n. 21, Verão-Outono/1994.

XERERECA. Rio de Janeiro, n. 1, Maio/1987.

### **Sites, livros e artigos**

ABGLT. Quem somos. **ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos** [site], s.d. Disponível em: <https://www.abgl.org/quem-somos>. Acesso em: 11 set. 2020.

ALMEIDA, G. **A mulher na pesquisa em jornalismo**: teses e dissertações defendidas em programas de Pós-Graduação em Jornalismo e Comunicação no Brasil (1972-2015). 2018. 149 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

BARBOSA, M. Meios de comunicação: lugar de memória ou na história? **Contracampo**, v. 35, n. 1, p. 7-26, 2016.

CÂMARA, C. **Cidadania e orientação sexual**: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CARDOSO, E. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COHEN, C. Punks, bulldaggers, and welfare queens: the radical potential of queer politics. **A Journal of Lesbian and Gay Studies**, v. 3, n. 4, p. 437-465, 1997.

FERREIRA, V. **Imprensa homossexual brasileira e construção de subjetividades (1960-1980)**. 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FESTA, R. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. *In*: FESTA, R.; SILVA, C. E. L. (org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 9-30.

JOUTARD, P. Reconciliar memória e história. **Escritos**, n. 1, p. 223-235, 2007.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

LAHNI, Cláudia. Ensino de Comunicação Comunitária em prol da cidadania. **Comunicação Midiática**, v.11, n. 1, p. 209-221, 2016.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **A quem interessar possa**. Rio de Janeiro: Esquina Editora, n. 12, Maio/1979, p. 7-11.

LIPPMANN, W. **Opinião pública**. Tradução de Jacques Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008.

MAIA, C. **Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondência e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira**. 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017

MORAES, F.; VEIGA, M. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 11 a 14 de junho de 2019. **Anais [...]**. Brasília: Compós, 2019.

PARK, R. The Natural History of the Newspaper. **American Journal of Sociology**, v. 29, n. 3, p. 273-289, 1923.

PERUZZO, C. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PERUZZO, C. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, v. 12, n. 2, p. 46-61, 2009.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

SILVEIRA-BARBOSA, P. Trajetória da Imprensa Lésbica brasileira, uma história possível. **Aedos**, v. 11, p. 142-163, 2019.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

VEIGA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

WITTIG, M. **The straight mind and other essays**. Boston: Beacon Press, 1992.